

Título: O “jeito” do Campo de Públicas de construir competências profissionais

Autoras:

Erika Caracho Ribeiro

Suylan de Almeida Midlej e Silva

Resumo simples

O Campo de Públicas é uma área do conhecimento em crescente desenvolvimento no Brasil que teve suas diretrizes próprias curriculares aprovadas em 2014. Mesmo com um pouco mais de 10 anos institucionalizada, ainda enfrenta diversas dificuldades nesse processo, que devem ser foco de pesquisa, para que possam ser convertidas em ações e melhorias. O objetivo desse trabalho é sistematizar o “jeito do Campo de Públicas” de ensinar e trabalhar competências profissionais, a partir de entrevistas com coordenadores e ex-coordenadores de cursos dessa área do conhecimento das cinco regiões do país. Essa forma de ensinar foi categorizada em 4 itens, nomeados como: “normas e os regulamentos”, “perfil do estudante”, “formação educacional” e “relação com o mercado de trabalho”. Os achados corroboram na afirmação de que as competências do indivíduo, no setor público, geram valor público para a sociedade e que isso ocorre quando ela é acionada e não somente acumulada, pois a construção das competências no Campo de Públicas estará intrinsecamente conectada com o mercado de trabalho e a prática, sendo que, mesmo enquanto graduandos, já podem gerar impacto para a sociedade.

Resumo expandido

O Campo de Públicas é uma área do conhecimento em crescente desenvolvimento no Brasil que teve suas diretrizes próprias curriculares aprovadas em 2014. Mesmo com um pouco mais de 10 anos institucionalizada, ainda enfrenta diversas dificuldades nesse processo. Há estudo recente o qual levantou quais eram os desafios para os próximos anos em relação ao desenvolvimento dos cursos. Dois destaques apontaram para: “Acompanhamento dos egressos, relação com o setor público e sintonização do ensino de graduação com as demandas do mundo do trabalho” e “Aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito cursos de graduação” (Coelho et al., 2020).

Há um livro que compartilha as diferentes formas de se desenvolver os cursos do Campo de Públicas intitulado “Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil” (Vendramini & Almeida, 2017). As autoras, junto a demais

docentes das instituições que oferecem cursos da área, organizaram capítulos que detalham especificidades de 15 instituições de ensino, desde as mais antigas na oferta dos cursos como as mais recentes. Tânia Fisher, que escreve o Prefácio desse livro, reflete sobre como o Campo de Públicas tem se constituído no decorrer dos anos como espaço de formação de administradores e gestores públicos, e sintetiza sua análise:

Se este livro não tem (e não poderia ter) todas as respostas, é um caleidoscópio vivo deste momento de transição e criação compartilhada de um campo e de suas trilhas. É um espelho das configurações conceituais, dos caminhos metodológicos e das práticas do exercício de poderes no chamado campo de públicas. Contém posicionamentos e perspectivas reflexivos, analíticos, críticos e propositivos (Fisher, 2017).

Diante desse cenário, o objetivo desse trabalho é sistematizar o “jeito do Campo de Públicas” de ensinar e trabalhar competências profissionais, a partir de entrevistas com coordenadores e ex-coordenadores de cursos dessa área do conhecimento das cinco regiões do país. Eles foram escolhidos a partir da melhor avaliação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) dos cursos que coordenaram, bem como solicitou-se que o/a docente estivesse há 5 anos ou mais efetivo no curso e que estivesse exercendo ou já tivesse exercido recentemente a função de coordenação de curso. A organização e análise das informações coletadas foram realizadas com a técnica análise de conteúdo categorial temática de Bardin (2016). Esta pesquisa é parte da tese da autora.

Para compreender esse caleidoscópio, a pesquisa buscou referencial teórico sobre a formação de competências profissionais, além de referencial sobre a constituição do Campo de Públicas. Com a crescente profissionalização do setor público, acompanhar esse movimento de transformações das competências requeridas passa a ser, cada vez mais, um desafio também da universidade, que atua na formação de quadros profissionais com construção de conhecimentos, habilidades e atitudes para colaborar na transformação do Estado por dentro a partir dos egressos dos cursos. E a formação acadêmica no Campo de Pública têm potencial de trazer elementos reflexivos e práticos para contribuir com essas mudanças.

Quanto à formação das competências individuais, Fleury e Fleury (2001) resumem o que Le Boterf (1995) disserta sobre a temática, na qual o autor diz que é constituído pelo cruzamento de três pontos: “pela pessoa (sua biografia, socialização), pela sua formação educacional e pela sua experiência profissional” (Fleury & Fleury, 2001, p. 187). Portanto, para este trabalho, partiu-se desses três eixos para organizar a forma

de ensinar do Campo de Públicas, nomeados como: “perfil do estudante”; “formação educacional”; e “relação com o mercado de trabalho”. Outra categoria também aparece, mesmo que sem relação teórica com as categorias anteriores, a partir da importância que as “normas e os regulamentos” ganham para os entrevistados. Ao todo, quatro categorias foram analisadas.

De forma sintética, os resultados da pesquisa demonstram que nas referidas “normas e regulamentos” é possível perceber no dia a dia dos professores e coordenadores a utilização de documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os relatórios do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), que são norteadores das ações.

Na visão dos entrevistados há diferentes perfis de estudantes (segunda categoria) e essa diversidade gera necessidades de determinados encaminhamentos nas instituições educacionais. Quando questionados sobre quais espaços estudantes podem ter seus interesses e habilidades anteriores valorizados, percebe-se que as diversas atividades complementares são citadas, sendo que são também reconhecidas como iniciativas que desenvolvem competências profissionais e são validadas como parte de horas no currículo.

Quando analisada a construção de competências na formação educacional (terceira categoria), verifica-se que há ações para o aprendizado teórico em torno da profissão, mas também há uma ênfase nas aplicações e experiências práticas. Ainda, essa carga prática requer diferentes habilidades dos professores, para além de serem bons teóricos, na construção de metodologias de ensino diversificadas.

Na quarta categoria, “Relação com o Mercado de Trabalho”, os entrevistados salientam a necessidade de aproximação com os futuros espaços profissionais (e não meramente exercícios práticos simulados, como estudos de caso). Isso ocorre por diversas formas: estágios obrigatório e não obrigatório, imersão acadêmica, aproximação com egressos e o contato com demandas do mercado.

Foi possível perceber que as categorias utilizadas para a análise de formação de competências profissionais individuais (Fleury & Fleury 2001) também podem ser reproduzidas a partir da perspectiva de ações das universidades e docentes para a construção de um profissional do Campo de Públicas. Os achados corroboram na afirmação de Bergue (2019) e Ramos & Silva (2021), de que as competências individuais no setor público geram valor público para a sociedade e que isso ocorre quando ela é acionada e não somente acumulada, pois a construção das competências no Campo de Públicas estará intrinsecamente conectada com o mercado de trabalho e

a prática, sendo que, mesmo como graduandos, já podem gerar impacto para a sociedade.

Referências:

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. 3ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo, Edições, 70.
- Bergue, S. T. (2019). *Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público*. Brasília: ENAP. Recuperado de repositorio.enap.gov.br/handle/1/4283.
- Coelho, F. D. S., Schommer, P. C., Teixeira, M. A. C., Almeida, L. D. S. B., & Midlej, S. (2020). O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Administração: Ensino & Pesquisa-RAEP*, 21(3), 488-529.
- Fleury, M. T. L., & Fleury, A. (2001). Construindo o conceito de competência. *Revista de administração contemporânea*, 5, 183-196.
- Fisher, T. (2017). Prefácio: Um Convite À Criação. In: Vendramini, P., & Almeida, L. D. S. B. (2017). *Pionerismo, renovação e desafios: experiências do campo de públicas no Brasil*. Florianópolis: Udesc.
- Le Boterf, G. (1995) De la compétence – essai sur un attracteur étrange. In: Les éditions d'organisations. Paris: Quatrième Tirage.
- Ramos, M. S., & Silva, M. D. A. M. A. (2021). Competências organizacionais desenvolvidas pela Escola Nacional de Administração Pública como Escola de Governo (1986-2016). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(83).
- Vendramini, P., & Almeida, L. D. S. B. (2017). *Pionerismo, renovação e desafios: experiências do campo de públicas no Brasil*. Florianópolis: Udesc.